

PUBLICAÇÃO: 01/11/2017



PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE ITATIBA

DECRETO Nº 6.983, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a criação do Comitê da Cidade Resiliente, e dá outras providências..

DOUGLAS AUGUSTO PINHEIRO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Itatiba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições de seu cargo, e

CONSIDERANDO que cidade resiliente é a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade potencialmente exposta a ameaças de adaptar-se, resistindo ou mudando com o fim de alcançar e manter um nível aceitável em seu funcionamento e estrutura, determinado pelo grau no qual o sistema social é capaz de auto-organizar-se para incrementar sua capacidade de aprendizagem sobre desastres passados, com o fim de alcançar uma melhor proteção futura e melhorar as medidas de redução de risco de desastre;

CONSIDERANDO que o Município de Itatiba aderiu à campanha mundial Construindo Cidades Resilientes do Escritório das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastres (UNISDR);

CONSIDERANDO a necessidade de abordar de forma sistêmica as ações prospectivas sobre os riscos de desastres ainda não existentes, as ações reativas sobre os riscos existentes e a elaboração e execução de um **Plano Local de Resiliência**;

CONSIDERANDO a necessidade de abordar de forma sistêmica as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação referentes aos riscos e desastres no município de Itatiba;

CONSIDERANDO as recomendações da terceira Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas - ONU sobre a Redução do Risco de Desastres (WCDDR), denominado Marco de Sendai, que estabelece metas a serem cumpridas de 2015 - 2030;

CONSIDERANDO a necessidade de aumentar o grau de consciência e compromisso em torno das práticas estabelecidas na **Plataforma Global para a Redução do Risco de**

Desastres . Sendai, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Conferência das Partes da CMNUCC - Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituído, em caráter permanente, o Comitê da Cidade Resiliente . CCR . vinculado à Secretaria Municipal de Governo, instância colegiada de deliberação e coordenação da Campanha Mundial Construindo Cidades Resilientes da Organização das Nações Unidas . ONU ., no município de Itatiba.

Art. 2º. Cabe ao Comitê da Cidade Resiliente . CCR . promover a intersetorialidade, propiciando ações integradas para implementação do Marco de Sendai e elaboração do Plano Local de Resiliência.

Art. 3º. O funcionamento do Comitê da Cidade Resiliente . CCR . será norteado pelas ações de gestão de riscos de desastres de forma sistemática, priorizando estratégias, programas e projetos de maior relevância a redução de risco de desastres.

Parágrafo Único. A Coordenação do Comitê da Cidade Resiliente . CCR, será da Secretaria Municipal de Governo por intermédio da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. O Comitê da Cidade Resiliente . CCR . será composto por um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos municipais:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Renda;
- III - Secretaria Municipal de Saúde;
- IV - Secretaria Municipal de Governo;
- V - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento; e
- VI - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 5º. Havendo a necessidade de participação de outros órgãos e entidades públicas e privadas, assim como de representantes da comunidade no desenvolvimento dos trabalhos, estes poderão ser convidados para compor o Comitê da Cidade Resiliente . CCR.

Art. 6º. Compete ao Comitê da Cidade Resiliente . CCR:

- I - promover a implementação do Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030, a nível local;
- II . realizar o Relatório de **Autoavaliação da Campanha Mundial Construindo Cidades Resilientes e o Plano Local de Resiliência**, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres . UNISDR;
- III - discutir conjuntamente os problemas, estratégias para aumentar o grau de consciência e compromisso em torno das práticas estabelecidas na Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres . Sendai, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Conferência das Partes da CMNUCC. Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres; e

IV . elaborar o Plano Local de Resiliência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres . UNISDR.

Art. 7º. As funções dos membros do Comitê da Cidade Resiliente .

CCR . não serão remuneradas a qualquer título, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal .Prefeito Ettore Consoline.,

Em 26 de outubro de 2017.

DOUGLAS AUGUSTO PINHEIRO DE OLIVEIRA

Prefeito do Município de Itatiba



Novos Desafios para a Defesa Civil – Construindo Cidades Resilientes

Seminário discute atendimento a desastres



Ivan
Feitosa/SMCS

A Defesa Civil de Rio Preto realizou na manhã desta terça-feira, dia 24, o 1º Seminário Regional para debater o pronto-atendimento a situações emergenciais e desastres. O evento, que recebeu representantes de 12 cidades da região, contou com a parceria da Sociedade dos Engenheiros de Rio Preto.

O prefeito Edinho Araújo participou da abertura do seminário e destacou a necessidade da reciclagem permanente das equipes. “Não adianta a gente olhar para como os outros países trabalham a questão da defesa civil e apenas nos encantarmos. Nós podemos melhorar a realidade da nossa cidade, no nosso bairro, e alcançar uma situação melhor que a atual. Não vamos ficar de braços cruzados, vamos continuar trabalhando”, disse.

Durante esse evento, foi usado como referência para os debates e discussões a queda do Edifício Itália, ocorrida em 16 de outubro de 1997. “É importante termos momentos como este para a gente melhorar o nosso atendimento quando for necessário”, afirmou coronel Carlos Lamin, que é diretor da Defesa Civil de Rio Preto.

Para a Defesa Civil, o triste e histórico episódio demonstrou que as cidades têm de estar permanentemente preparadas para enfrentar grandes desastres. Outro assunto debatido foram as enchentes registradas em anos anteriores nas principais avenidas da cidade. Foram quatro painéis temáticos ao longo de toda a manhã e uma mesa redonda encerrou as discussões.

O seminário foi realizado no auditório do nono andar da Prefeitura de Rio Preto. Também foi lançado, na manhã desta terça, o número telefônico para registrar chamados de emergência junto à Defesa Civil, que será o 199.

FONTE: <http://www.riopreto.sp.gov.br/PortalGOV/do/noticias?op=viewForm&coConteudo=185758>



Como eu sei se eu melhorei meu sistema de alerta rápido de inundação em escala continental?

Os **sistemas de alerta precoce de inundações** atenuam danos e perda de vidas e são uma maneira economicamente eficiente de melhorar a **resiliência de desastres**. O uso de sistemas de alerta rápido de inundação em escala continental está crescendo rapidamente. O Sistema Europeu de Inundação (EFAS) é um sistema de alerta precoce de inundações pan-europeias forçado por um conjunto multi-modelo de previsões numéricas do tempo. As respostas às mudanças científicas e técnicas podem ser complexas nestes sistemas de escala continental computacionalmente caras, e as melhorias precisam ser testadas avaliando as execuções de todo o sistema. É demonstrado aqui que a habilidade de previsão não está correlacionada com o valor das advertências. Para saber se o sistema foi melhorado, é necessária uma estratégia de avaliação que considere as habilidades de previsão e o valor do aviso.

FONTE: <http://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/aa625a/pdf>



Relatório de Conferência 2017 da Segurança Espacial

O ano de 2017 marca o quinquagésimo aniversário da entrada em vigor do Tratado do Espaço Exterior. Desde então, as atividades espaciais aumentaram em número e importância. Enquanto continuam a apoiar as operações militares, os sistemas espaciais tornaram-se uma ferramenta indispensável para uma gama crescente de atividades e uma fonte inestimável de benefícios socioeconômicos para bilhões de pessoas na Terra. No entanto, o valor estratégico do espaço exterior está ameaçado, já que os sistemas espaciais estão sujeitos a inúmeras ameaças e riscos, que vão desde armas anti-satélites e ataques cibernéticos até detritos espaciais e bloqueios de sinais. O comportamento irresponsável nas operações espaciais também contribuiu para minar a confiança entre os atores espaciais. A comunidade internacional tem se empenhado em múltiplas atividades para melhorar a estabilidade internacional e garantir que as operações espaciais possam ser seguras, seguras e sustentáveis a longo prazo. Estas incluem iniciativas multilaterais, principalmente nas Nações Unidas, para promover e construir um consenso multilateral sobre as normas de comportamento. No entanto, o progresso foi intermitente e é necessário um trabalho adicional.

A Conferência de Segurança Espacial 2017 da UNIDIR analisou as principais iniciativas multilaterais internacionais para salvaguardar o acesso e o uso do espaço exterior e avaliar a adequação do regime do espaço exterior em um ambiente espacial em evolução, onde acreditam novas ameaças aos sistemas espaciais e desenvolvimentos nas atividades espaciais para ser potencialmente desestabilizante. A Conferência, organizada em um momento em que a consciência situacional, a preparação, a **resiliência** e a autonomia estratégica se tornaram fatores críticos para todas as nossas políticas públicas, representa um complemento tão necessário para moldar políticas de segurança mais incisivas.

FONTE: <http://www.unidir.org/files/publications/pdfs/unidir-space-security-2017-en-685.pdf>



Sociedades resilientes

Em um mundo que enfrenta o crescente risco de catástrofes naturais e provocadas pelo homem, resultantes de perigos cada vez mais frequentes e naturais, industriais e artificiais, a segurança dos cidadãos, das infra-estruturas e dos bens tornou-se uma grande prioridade na União Europeia. O fortalecimento das capacidades em risco de desastres e gerenciamento de crises e a melhoria da **resiliência** no CBRN-E (Química, Biológica, Radiológica, Nuclear e Explosiva) e a gestão de desastres naturais e manuais representam os principais desafios da política e da pesquisa da UE.

O quadro geral da política de segurança da UE abrange muitos sectores diferentes, o que implica necessidades de coordenação entre várias comunidades. A complexidade das políticas, o elevado número de projetos de pesquisa, a desconexão entre pesquisa

e implementação, os desafios envolvidos em trazer ferramentas e soluções inovadoras para o mercado e a falta de mecanismos de "interface" tornam difícil a comunicação e compartilhamento de conhecimento efetivamente e eficientemente.

Para melhorar esta situação, a Comissão Europeia apoia o desenvolvimento de uma "Comunidade de Utilizadores" na UE para reduzir a atual fragmentação na investigação em matéria de segurança e facilitar o intercâmbio de informação entre os decisores políticos, a investigação, a indústria (incluindo as PME), os profissionais (primeiros respondentes, unidades de proteção civil, etc.) e o público em geral.

A comunidade de usuários tem cinco objetivos principais:

- Assegurar que a programação da pesquisa (em particular o H2020) atenda às necessidades dos profissionais, promovendo os resultados da pesquisa relevantes para eles;
- Identificar as ferramentas e os métodos mais promissores (incluindo os desenvolvidos nos projetos do 7PM e H2020) que possam ser ocupados pelos profissionais;
- Apoiar a competitividade da indústria da UE, promovendo o mercado de resultados de pesquisa;
- Garantir que a experiência dos profissionais esteja disponível para os decisores políticos, facilitando assim o processo de formulação de políticas;
- Facilitar a implementação da política.

FONTE: https://www.securityresearch-cou.eu/sites/default/files/DG_Home_COU_A4-MH.pdf



Patrimônio Cultural e Desastre nas cidades de hoje

As últimas décadas viram uma série de eventos desastrosos que eram caros em termos de patrimônio cultural. Incêndios, terremotos, inundações, tsunamis, lagostas e lamas, vento e tempestades estão entre as principais causas de perda e danos do patrimônio cultural. Esses desastres muitas vezes resultam na perda de ativos insubstituíveis (Taboroff em Kreimer et al., 2003).

O patrimônio cultural é visto como um componente importante da qualidade de vida e desempenha um papel importante na sociedade e no bem-estar da comunidade (Tweed e Sutherland 2007). A perda ou deterioração do patrimônio pode afetar seriamente as comunidades locais e nacionais por várias razões:

O patrimônio cultural tem um importante valor simbólico e material para a identidade da comunidade

O contato direto com o patrimônio cultural permite que a história ganhe vida e o contato com a cultura inspira, humaniza e enriquece as pessoas, destacou Alexander (nd). Itens culturais, continua, contribuem para o "espírito do lugar". Quando ocorre um desastre, a destruição desse "espírito de lugar" pode enfraquecer o sentido de identificação de uma pessoa com um lugar e afetar a determinação de reconstruir. Pelo contrário, um forte "espírito de lugar" pode inspirar os sobreviventes de desastres a superar as obstruções que enfrentam devido ao desastre e reconstruir não apenas seus ambientes funcionais, mas também aqueles que representam sua herança (Alexander nd). O impacto psicológico nas comunidades devido à perda do patrimônio cultural ao qual estão intimamente associadas não deve ser subestimado.

Milko Morichetti, restaurador de arte italiano, expressa esse sentido de identificação da seguinte forma:

*"Sem a cultura que nos conecta com o nosso território, perdemos a nossa identidade".
"Pode não haver muitos artistas famosos ou monumentos famosos aqui, mas antes de tudo, os italianos se sentem orgulhosos da cultura que vem de suas próprias cidades, suas próprias regiões . E quando restauramos uma igreja ou um museu, isso nos dá esperança. Não se trata apenas de preservar a cultura do museu. Para nós, trata-se de um retorno à normalidade. "* (Medina 2009)

Além disso, durante a fase pós-desastre e pós-conflito, os marcos patrimoniais e a continuação das práticas culturais tradicionais podem contribuir para a recuperação de uma comunidade e ajudar as pessoas vulneráveis a recuperar um senso de dignidade e empoderamento (site da UNESCO).

O patrimônio cultural tem valor socioeconômico para as cidades

O ambiente histórico construído não só fornece uma cidade com caráter e um senso de identificação para as comunidades locais, mas também pode impulsionar a economia local e criar empregos. O patrimônio cultural é repetidamente identificado tanto na literatura acadêmica como nos documentos políticos e pelos governos regionais e nacionais como fonte econômica que pode proporcionar emprego e realizar lucros e desenvolvimento local (Loulanski 2006). O patrimônio e a sua preservação têm sido considerados como oposição ao desenvolvimento econômico (é preservação histórica ou crescimento econômico), mas eles são cada vez mais vistos como parceiros efetivos no desenvolvimento, como argumenta Loulanski (2006: 56). Ao investir em atrações e infra-estruturas culturais, as cidades procuram garantir uma posição de nicho no mapa de turismo internacional. O turismo também representa uma importante fonte de recursos financeiros para a preservação e restauração do patrimônio, incluindo artesanato, práticas, habilidades e conhecimentos tradicionais (Russo e van der Borg, 2002). Por exemplo, observou que, na Europa, o patrimônio é vital para a competitividade do turismo, que é avaliado em 586 bilhões de euros por ano e emprega 9,7 milhões de pessoas (Jigyasu et al., 2013).

Além disso, o patrimônio cultural atrai investimentos e promove empregos locais relacionados a uma ampla gama de atividades, como turismo, conservação,

construção, artes e produção de artesanato. É, portanto, também um recurso poderoso para o desenvolvimento econômico inclusivo (Jigyasu et al. 2013).

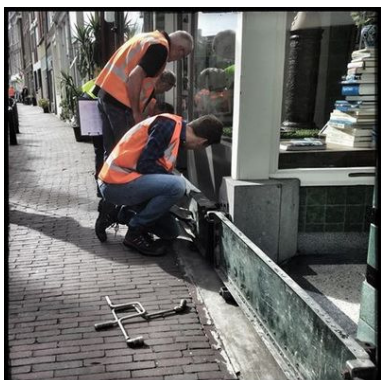
Desastres, portanto, não só causam danos materiais aos locais do patrimônio, mas também podem afetar severamente os meios de subsistência ligados ao patrimônio cultural e os rendimentos gerados pelo turismo.

O patrimônio cultural pode servir de fonte de resiliência às comunidades

O patrimônio pode desempenhar um papel importante na redução do impacto de uma catástrofe sobre a vida, as propriedades e os meios de subsistência (World Disasters Report (WDR) 2014).

O patrimônio cultural em suas formas tangíveis e intangíveis pode servir como um fator que contribui para a sobrevivência das comunidades de desastres, tanto psicologicamente quanto materialmente. Os sistemas tradicionais de conhecimento incorporados ao patrimônio cultural podem desempenhar um papel substancial na redução do risco de desastres (Jigyasu et al., 2013). O risco de desastres pode, por exemplo, ser reduzido através do conhecimento tradicional associado à gestão ambiental e técnicas de construção (WDR 2014). As cidades, a sua identidade e as técnicas de construção são bastante influenciadas pelo seu ambiente e pela ameaça de perigos. As pessoas adaptam o ambiente construído para se adaptarem à vida com riscos em locais onde são freqüentemente expostos a riscos. Esses padrões tornaram-se incorporados nas culturas ao longo do tempo (Moore 1964 no WDR 2014: 124).

Esta acomodação é refletida no projeto de edifícios e materiais e técnicas de construção. É importante notar, porém, que essas arquiteturas são o resultado de toda uma série de fatores sócio-culturais e não apenas a ameaça de perigos. Os terremotos pesados no sul da Europa, por exemplo, estimularam grandes mudanças no projeto e na prática de arquitetura em várias ocasiões (Buforn et al., 2004, Bankoff 2015). Em Dordrecht, a Holanda, denominada placa de inundação, está posicionada em ruas propensas a inundações para evitar que a água entre em lojas e casas.



Testes de placas de inundação em Dordrecht, Holanda. Foto do município de Dordrecht

Além disso, o conhecimento tradicional desenvolvido ao longo do tempo, permite que comunidades em áreas propensas ao risco reconheçam mudanças na atmosfera, ou o comportamento da flora e fauna, e se preparem (Jigyasu et al., 2013). "Proteger o

patrimônio das catástrofes é, portanto, não um luxo, mas uma consideração fundamental para ser dada prioridade junto com outras preocupações humanitárias (...)" (WDR 2014: 123).

Do acima, distinguem-se os seguintes pontos que podem aproveitar a força da cultura como uma ferramenta para reduzir o risco de desastres (ver também Jigyasu et al., 2013).

- Aproveite os conhecimentos tradicionais e misture conhecimentos científicos e avanços tecnológicos com capacidades e recursos já disponíveis a nível local.
- Desenhe as técnicas de construção tradicionais e o material disponível localmente para informar a prática moderna

Proteção e preservação do patrimônio cultural

O patrimônio cultural é muitas vezes concentrado em áreas urbanas onde atividades comerciais e comerciais estimularam a produção de diferentes exposições de criatividade religiosa, cívica e privada. Tais cidades são freqüentemente localizadas em áreas propensas a desastres, por exemplo em áreas costeiras ou ao lado de rios ou perto de falhas e, portanto, vulneráveis a desastres naturais (Taboroff em Kreimer et al., 2003).

Quando ocorre um desastre, a perda do patrimônio cultural causa uma grande variedade de destruições. As cidades da EDUCEN também estão em risco, ou, infelizmente, já sofreram danos importantes ao patrimônio cultural. Exemplos bem conhecidos são a cidade italiana de L'Aquila, onde o terremoto de 6 de abril de 2009 causou a destruição de grande parte do patrimônio histórico e monumental da cidade. Entre outras, várias igrejas, o portão mais antigo da cidade construído em 1548, e o Museu Nacional dos Abruzzos, alojados em um castelo do século 16, entraram em colapso e / ou são muito instáveis para entrar. Outro estudo de caso EDUCEN, a região italiana da Úmbria, uma região sem litoral no centro da Itália, foi atingido por uma série de terremotos em agosto e outubro de 2016. O dano ao patrimônio cultural tem sido severo. Em Norcia, uma das cidades afetadas,



A Basílica de São Bento na cidade de Norcia após o terremoto

Em um dos outros estudos de caso da EDUCEN, a cidade de Istambul, a probabilidade de um terremoto devastador é estimada em 62% nos próximos 30 anos. Istambul não é apenas o centro financeiro, comercial e industrial da Turquia, produzindo 56,6% das

exportações da nação, mas também é o cruzamento cultural da herança oriental e ocidental. A cidade possui o maior número de museus do país e possui alguns dos mais importantes monumentos dos impérios romanos, bizantinos e otomanos (Johnnides 2010).

Apesar da natureza séria e das conseqüências da destruição ou danos do patrimônio cultural, o número de propriedades patrimoniais que desenvolveram um plano adequado de redução de risco de desastres é surpreendentemente baixo (UNESCO 2010). No entanto, as últimas décadas viram várias iniciativas a nível internacional e regional no campo do patrimônio cultural e redução do risco de desastres. Essas iniciativas visam, por um lado, introduzir a redução do risco de desastres na proteção e gestão do patrimônio e, por outro, intensificar e integrar as preocupações do patrimônio em iniciativas maiores de redução de risco de desastres (Jigyasu et al., 2013).

Dilemas na reconstrução do patrimônio cultural após o desastre

Conforme explicado acima, as catástrofes muitas vezes prejudicam gravemente o meio ambiente construído e seu patrimônio cultural imobilizável. Edifícios individuais, grupos de edifícios, bairros inteiros e assentamentos de caráter histórico ou vernáculo (tradicional), sob status de preservação ou não, são danificados em vários graus ou mesmo colapso. Em seguida, torna-se uma questão importante para decidir o que manter do que existia antes do desastre e a que preço em termos de recursos, dinheiro e tempo.

Compromissos difíceis se apresentam em um momento em que as pressões para o mecanismo de resposta são severas e muitas vezes esmagadoras. Todos os edifícios considerados perigosos devem ser demolidos o mais rápido possível e quais procedimentos devem ser seguidos? Os proprietários de edifícios históricos perigosos podem continuar com intervenções de engenharia para remover elementos perigosos ou mesmo para a demolição do edifício perigoso? No caso de edifícios históricos listados que se considerem danificados além de serem reparados, a proteção do patrimônio deve ser considerada prevalecer sobre a proteção de vidas? Além de prédios históricos e monumentos, O que deve ser feito com danos (em alguns casos danificados além de reparos) edifícios e bairros tradicionais que não estão listados como monumentos a serem preservados? Por quanto tempo, a recuperação deve ser adiada, a fim de proteger o patrimônio cultural tangível já listado ou não? Quem deve lidar com esses trade-offs e tomar decisões e como isso deve ser organizado?

As atividades para salvar edifícios históricos e vernáculos, grupos de edifícios, bairros e assentamentos não podem ser adiadas por muito tempo, além da fase de emergência ou alguns elementos a serem preservados serão arruinados ou mesmo demolidos no caos e pânico da situação pós-desastre. Durante a fase de emergência (tipicamente as primeiras 72 horas após o desastre), o patrimônio cultural está sob uma série de novos riscos, tais como (UNESCO 2010, página 41):

- Roubo de fragmentos ou objetos móveis da propriedade.

- Em caso de inundações, contaminação por poluição e crescimento de bolor.
- Riscos decorrentes do ambiente ou do habitat circundante.
- Ações insensíveis por agências de ajuda ou por voluntários devido a falta de consciência; por exemplo, puxando estruturas danificadas ou causando danos causados pela água utilizada para extinção de incêndios.
- Riscos por avaliação de danos inadequados do patrimônio.
- Confusão e atrasos devido à falta de coordenação e prontidão.
- A salvação e a preservação do patrimônio cultural devem, portanto, começar o mais cedo possível após o desastre.

Salvando prédios históricos e vernáculos após a Konitsa, N. Grécia, desastre de terremoto

Konitsa é uma cidade remota no norte da Grécia. Nos anos 90, era uma cidade de cerca de 5.000 pessoas que viviam principalmente de agricultura e serviços. Partes da cidade e muitos edifícios eram de forma vernácula. Havia também numerosos monumentos e edifícios históricos listados.

Em 1996, Konitsa sofreu um desastre de terremoto. Um primeiro terremoto destrutivo causou graves danos ao estoque da construção e um grande medo para as pessoas. No entanto, foi o principal choque uma semana depois que causou devastação e pânico. A população não teve experiência anterior de terremoto.

Após a devastação, a população e o Município pressionaram a demolição de todos os edifícios danificados. Mesmo os edifícios sob preservação estavam em risco de demolição com pressa. Uma agência do governo central de confiança responsável pela proteção do terremoto interveio e atuou como consultora do Município, defendendo a proteção de edifícios vernáculos e históricos e para a preservação da imagem do lugar. Além disso, a boa prática anterior da cidade de Kalamata, no sul da Grécia, na preservação do patrimônio cultural após o desastre do terremoto de 1986, cerca de dez anos antes, foi comunicada ao prefeito da Konitsa através de redes informais entre prefeitos. No coração da emergência,

Como resultado, a Konitsa preservou sua identidade vernácula e histórica que, juntamente com seus ricos recursos naturais, se tornaram ativos turísticos.

(Dandoulaki 2010)

As atividades para salvar edifícios históricos e vernáculos, grupos de edifícios, bairros e assentamentos não podem ser adiadas por muito tempo, além da fase de emergência ou alguns elementos a serem preservados serão arruinados ou mesmo demolidos no caos e pânico da situação pós-desastre. Durante a fase de emergência (tipicamente as primeiras 72 horas após o desastre), o patrimônio cultural está sob uma série de novos riscos, tais como (UNESCO 2010, página 41):

- Roubo de fragmentos ou objetos móveis da propriedade.
- Em caso de inundações, contaminação por poluição e crescimento de bolor.
- Riscos decorrentes do ambiente ou do habitat circundante.
- Ações insensíveis por agências de ajuda ou por voluntários devido a falta de consciência; por exemplo, puxando estruturas danificadas ou causando danos causados pela água utilizada para extinção de incêndios.
- Riscos por avaliação de danos inadequados do patrimônio.
- Confusão e atrasos devido à falta de coordenação e prontidão.

- A salvação e a preservação do patrimônio cultural devem, portanto, começar o mais cedo possível após o desastre.

As medidas de intervenção de emergência

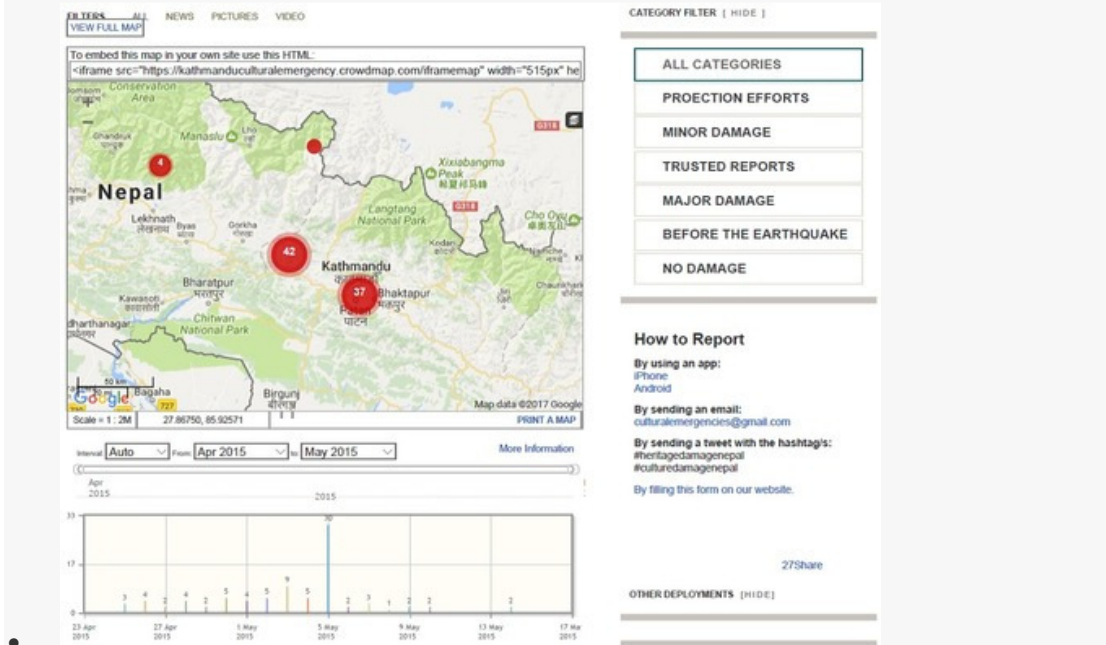
- As medidas de intervenção de emergência de caráter técnico e não técnico devem ser tomadas com prontidão. As medidas técnicas incluem avaliações especiais de danos, documentação do edifício e sua condição (fotos, desenhos, relatórios, etc.), apoio de emergência, remoção e armazenamento seguro de elementos significativos do edifício, reparos de emergência. As medidas não técnicas referem-se ao planejamento de emergência relativo à salvação do patrimônio cultural, à implantação de equipes especiais de resposta a emergências com papéis e responsabilidades claras para cada membro e equipadas com equipamentos de segurança e recursos materiais apropriados. Também é essencial ter construído capacidade pré-desastre complementar e ter iniciado ações educativas e de comunicação. Não importa o quão bem preparado, deve-se esperar que planejamento, preparação,
- De qualquer forma, a conscientização pré-desastre sobre o significado do patrimônio cultural compensa quando da emergência urgente e, além disso, possui uma estratégia para a preservação do patrimônio cultural, incluindo instituições e legislação, bem como inventários e documentação de edifícios históricos e seus conteúdos. Além disso, seria muito vantajoso já ter uma estrutura de governança em desastre que também incluía a comunidade do patrimônio cultural.

• Iniciativa de Crowdmapping de emergência cultural do Nepal

- Em 25 de abril de 2015 às 11:56 da hora local, um terremoto de magnitude 7,8 devastou o Nepal, incluindo os distritos do Vale de Katmandu. O terremoto deixou mais de 7.000 pessoas mortas e destruiu quase 200.000 casas, enquanto muitas centenas de milhares mais sofreram danos. Treze dos setenta e cinco distritos do país foram severamente impactados.
- O Nepal é reconhecido como um país de muitos grupos étnicos, culturas e fé, possui um rico patrimônio cultural tangível e intangível. Quatro de seus patrimônios culturais e naturais foram inscritos na lista do patrimônio mundial. Logo depois, uma iniciativa de mapeamento de multidões foi lançada pelo Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Imóveis (ICCROM), em colaboração com outras agências internacionais e diversos profissionais do patrimônio cultural. O objetivo era coletar relatórios no terreno dos danos causados ao patrimônio cultural no Nepal como resultado do terremoto, particularmente aqueles que não podem ser coletados por outros atores. Estes relatórios provêm de residentes, redes sociais (via Facebook e Twitter hashtags), agências de notícias e profissionais do patrimônio cultural.
- Cada relatório no resumo do relatório de danos da herança compilada contém informações sobre: • Origem da informação • Local • Tipo de patrimônio (geralmente o nome do templo ou site) • Extensão do dano (menor, médio, maior) • Seja ou não As medidas de proteção ou recuperação são conhecidas

por terem sido tomadas • Número do relatório correspondente do mapa do público, se aplicável • Quaisquer notas adicionais.

- Cerca de 85 relatórios foram coletados. Com base em uma compreensão e análise dos dados coletados através da Iniciativa de Crowmap de Emergência Cultural de Katmandu, bem como relatórios independentes, as seguintes recomendações iniciais foram feitas sobre a salvação e recuperação do patrimônio cultural do Nepal.



- *Emergência cultural de Catmandu: um mapa de multidões criado pelo ICCROM. Fonte: ICCROM, ICOMOS-ICORP (2015) Relatório de síntese da Iniciativa de Fomento de Emergência Cultural do Nepal.)*

<http://educen.cultureanddisaster.eu/pdf/culture-risk.pdf>

Estrutura de Replicabilidade para usar cultura como um recurso na RRD

A abordagem baseada em estudo de caso

Os fatores culturais desempenham um papel fundamental na determinação da forma como as pessoas respondem aos eventos, se envolvem na gestão de crises e se envolvem com alívio de desastres em uma situação de emergência. Além disso, os antecedentes culturais influenciam a preparação para desastres, a resposta e a recuperação pós- crise tanto para indivíduos como para a sociedade em que as pessoas pertencem. Sob este quadro, uma série de atividades específicas foram implementadas em seis áreas de Estudo de Caso para ajudar a incorporar uma compreensão, sensibilidade e desenvolver competências em relação ao papel da cultura como um ativo no ciclo completo de redução de risco de desastres. As atividades se concentraram em cidades com características sociais e urbanas muito diferentes, identidades culturais e diferentes tipos de exposição a desastres, como Istambul, L'Aquila, Lorca, Milão, cidades da região da Úmbria e Volos,

Os estudos de caso incorporam quatro cidades chamadas de pioneirismo (Istambul, L'Aquila, Lorca, Milão e Volos), uma região (Úmbria) e duas cidades replicadoras (Valladolid e Dordrecht), que possuem diferentes características sociais e urbanas, identidades culturais e com diferentes tipos de exposição a desastres. Estes estudos de caso variam em vários elementos, que enriqueceram o projeto, documentando e dando espaço às características e peculiaridades das cidades e seus contextos, bem como suas escolhas em termos de ferramentas e métodos testados, de uma forma mais "a la estilo carta", que fornece uma lição útil em termos de replicação futura. Ou seja, como é importante facilitar uma abordagem de "adaptar-se a adotar" para replicar ferramentas e métodos para ajudar as cidades a adotar aqueles que se adequam melhor às suas condições e que correspondem às suas necessidades.

Loops de replicação para adotar ferramentas e métodos para incorporar a cultura como um recurso na RRC

Um dos principais objetivos no desenvolvimento de ferramentas e métodos que são apoiados pelo conhecimento sobre como usar a cultura como um ativo tem sido facilitar - e, em muitos aspectos, testar - que essas ferramentas e métodos são replicáveis e reutilizáveis para outras cidades e contextos. Portanto, uma metodologia de replicação foi desenvolvida para facilitar a transferência de conhecimento incorporado nas ferramentas e métodos e as lições tiradas de sua aplicação para casos reais.

O método baseia-se na implementação de atividades-piloto em diferentes contextos em um ciclo de loops de replicação, visando alcançar a transferibilidade de metodologias e procedimentos desenvolvidos para a adoção por outras cidades.

A metodologia considerou três laços de replicação para cada atividade e o salto de um loop de replicação para o seguinte ciclo envolve um tipo maior de interação e a transferência de atividades piloto realizadas nos estudos de caso.

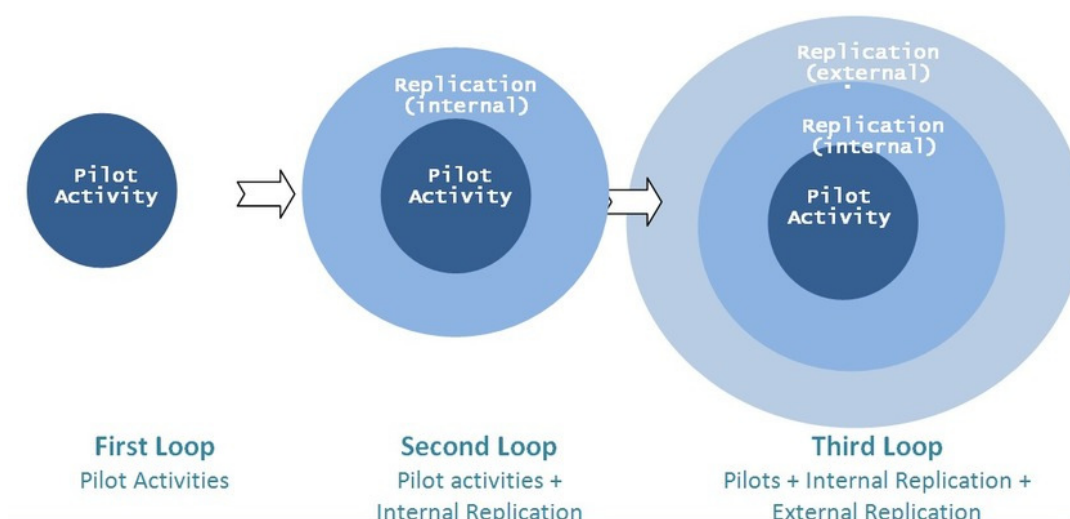


Diagrama: loops de replicação para adaptar ferramentas e métodos para adotar a cultura como um recurso na DRR

EDUCEN conseguiu replicar uma série de ferramentas e métodos de diferentes maneiras para levar em consideração a adaptação correta a um contexto local diferente. Uma abordagem seqüencial foi adotada:

- No segundo loop de replicação interna, um único método previamente comprovado em uma cidade pioneira (primeiro loop) foi replicado em outra cidade (Lorca, Dordrecht e Londres).
- No terceiro loop de replicação externo, a abordagem de ferramentas e métodos foi replicada como um processo integrado em outra cidade (Valladolid) externo aos estudos de caso iniciais.

<http://educen.cultureanddisaster.eu/pdf/replicability.pdf>

EVENTOS



La Universidad de Ibagué
tiene el gusto de invitarlo a la conferencia y conversatorio sobre
**Reducción del riesgo urbano para la resiliencia territorial:
los nuevos desafíos frente al cambio climático**

Conferencista: | Martes 7 de noviembre de 2017
Henry Adolfo Peralta Buriticá | 2:00 p.m.
Auditorio Central Universidad de Ibagué

Facultad de Ciencias
Naturales y Matemáticas



**Candidatar-se a Diretor, Instituto das Nações Unidas
para o Desarmamento e a Pesquisa (UNIDIR), Genebra**

Funções e configuração organizacional

O Diretor fornece direção executiva geral e gestão do Instituto das Nações Unidas para Pesquisa de Desarmamento (UNIDIR), uma instituição autônoma no âmbito das Nações Unidas que realiza pesquisas independentes sobre o desarmamento internacional, não proliferação, controle de armas e questões de segurança. O Diretor atua de acordo com o Estatuto do UNIDIR e com as diretrizes gerais de seu Conselho de Curadores. O UNIDIR trabalha em coordenação com o sistema das Nações Unidas, em particular o Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento (UNODA), com governos, organizações internacionais e organizações não governamentais. Esta posição tem sede em Genebra e a nomeação do candidato aprovado será limitada ao serviço da UNIDIR.

Para mais informações sobre o UNIDIR, consulte seu site <http://www.unidir.org>

As principais funções do Diretor incluem:

- Formular o anteprojeto anual de programa de trabalho e orçamento do Instituto para aprovação pelo Conselho de Curadores e consideração pela Assembléia Geral;
- Dirigir e coordenar todas as atividades e atividades do Instituto, ou seja, supervisionar a implementação do programa de trabalho e ser responsável por todas as despesas autorizadas no orçamento;
- Formular propostas de projetos e empreender ativamente esforços de angariação de fundos para apoiar o pessoal e atividades do Instituto e aumentar as contribuições voluntárias, a principal fonte de financiamento para o Instituto, a fim de torná-lo financeiramente sustentável;
- Nomear, supervisionar e dirigir todos os funcionários do Instituto, incluindo pesquisadores e consultores;
- Para estabelecer e manter relações eficazes com os Estados-Membros, os governos e fundações dos doadores, organizações internacionais e organizações não governamentais e para coordenar o trabalho do Instituto com o de outros programas internacionais e nacionais de pesquisa pública e privada é o campo;
- Representar o UNIDIR em conferências internacionais, seminários e reuniões relevantes para o trabalho e atividades do Instituto;
- Realizar atividades de informação e educação pública para promover o trabalho do Instituto e levar a cabo amplas iniciativas de advocacia;
- Atuar como membro *ex officio* do Conselho Consultivo do Secretário Geral sobre Assuntos de Desarmamento.

Prioridades da posição

O desarmamento, a não proliferação, o controle de armamentos e o cenário de segurança estão sofrendo mudanças constantes. O Diretor será fundamental para identificar novas questões e oportunidades estratégicas e desenvolver estratégias para implementar o programa de trabalho da UNIDIR, além de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira. É necessário que ele funcione eficazmente com o pessoal e as partes interessadas em muitos níveis e com interesses amplamente divergentes. É essencial que ele / ela tenha uma sólida compreensão das demandas que o Instituto

enfrentará. O sucesso será medido em termos de criação de valor agregado para o Instituto e os Estados, fornecendo expertise e produtos de pesquisa detalhados, captação e gerenciamento efetivos de fundos.

O sucesso dependerá dos seguintes componentes-chave:

- - Ele deve forjar e manter fortes relações com os membros do Conselho de Curadores, que atuam como Conselho Consultivo do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Assuntos de Desarmamento, para ajudá-los no desenvolvimento de sua visão, abordagens e recomendações. Ele / ele deve fornecer uma visão de pesquisa que seja realista e viável. Além disso, o Diretor deve fornecer liderança efetiva e direção aos funcionários e pesquisadores do Instituto.

Envolvimento das partes interessadas - O Diretor deve sustentar a visibilidade externa do Instituto e possuir a capacidade de se comunicar de forma clara e concisa com uma grande variedade de partes interessadas e produzir com sucesso resultados que atendam ao mandato do Instituto. Ele / ele deve construir e manter relações com os Estados e parceiros-chave, aplicando suas habilidades como negociador e influenciador efetivo.

- - O Diretor deve ter um registro comprovado como um recaudador de fundos e ser o principal motor para garantir a sustentabilidade financeira do Instituto para permitir o apoio a suas atividades e funcionários.

Gestão do Instituto - O Diretor irá efetivamente recrutar, gerenciar, inspirar e motivar as pessoas a oferecer projetos e programas de pesquisa de alta qualidade. Ele / ele assegurará o planejamento apropriado; coordenação; São implementados planos de comunicação e implementação para cumprir o plano de trabalho aprovado pelo Instituto.

Perfil e Qualificações do Candidato

Esta é uma oportunidade única para um líder verdadeiramente experiente, para desenvolver ainda mais a experiência do Instituto e pesquisas aprofundadas e contribuir para a conquista dos objetivos nobres das Nações Unidas em matéria de desarmamento, não proliferação, controle de armas e paz e segurança internacionais. .

Educação : grau universitário avançado (mestrado ou equivalente) em segurança internacional, relações internacionais, ciência política, direito internacional, ciência relacionada ou outros campos relacionados. Um diploma universitário de primeiro nível em combinação com dois anos adicionais de experiência qualificada pode ser aceito em vez do diploma universitário avançado; O doutorado é desejável.

Experiência profissional : mais de 15 anos de experiência progressivamente responsável no domínio do desarmamento, não proliferação, controle de armamentos e pesquisa de segurança ou outra área relacionada. É necessária experiência em cargos de nível superior nos níveis nacional ou internacional. É necessária experiência em formulação de subvenções e na angariação de fundos, bem como experiência gerencial.

Idiomas : inglês e francês são as línguas de trabalho das Nações Unidas. Para esta publicação, é necessária fluência no inglês escrito e falado. O conhecimento do francês é desejável.

As candidaturas de mulheres candidatas são fortemente encorajadas.

Todos os pedidos devem incluir o *curriculum vitae* dos candidatos e ser enviados às Nações Unidas no seguinte endereço de e-mail: Unidir-recruitment@un.org até 6 de novembro de 2017.

FONTE: <http://jobs.economist.com/job/17122/director-united-nations-institute-for-disarmament-and-research-unidir-geneva/?TrackID=3808#sc=socialmedia&me=socialmedia&cm=0>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL SP

<http://www.defesacivil.sp.gov.br/>

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – RIO DE JANEIRO

<http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=4173185>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DE MINAS GERAIS

<http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/ajuda/page/280-programa-minas-mais-resiliente-edital-de-chamamento-publico-n-01-2016-resultado-de-analise-das-propostas>